Adiós, pampa mía: o atual padrão de reprodução do capital no bioma Pampa e a extinção do ser social gaúcho no Rio Grande do Sul, no Uruguai e na Argentina

William Manassi Maia*

Daniel Lemos Jeziorny**

RESUMO

Este trabalho analisa como o atual padrão de reprodução do capital, por meio da lógica do capital portador de juros e de políticas neoextrativistas, se concretiza na expansão da soja e da silvicultura sobre o bioma Pampa. Baseado no ferramental teórico marxista, defende-se a tese de que o ser social gaúcho é um produto direto da interação metabólica com a pampa, seu "corpo inorgânico". Por outro lado, a financeirização do espaço agrário, ao converter o bioma em palco para a acumulação de capital, extingue as condições materiais de existência desse ser social. Assim, conclui-se que a destruição do Pampa implica a extinção do gaúcho e, em contrapartida, que a sobrevivência de um está atrelada à do outro.

Palavras-chave: pampa; gaúcho; ser social; Marx; Osorio.

1. INTRODUÇÃO

De caráter neoextrativista, um novo padrão de reprodução do capital avança sobre a América Latina neste século. A região do Pampa[1] – bioma cujo nome, em quíchua, remete à *planície* – tem sido palco dessa dinâmica, que se materializa especialmente na expansão de monocultivos de soja ou áreas destinadas à silvicultura e projetos de mineração em grande escala. Os efeitos desse avanço repercutem na desorganização das coordenadas do sistema pampeano, especialmente pela perda de biodiversidade. Além disso, acarretam um fenômeno duplo e articulado: a extinção do meio natural traz consigo a possibilidade de extinção do gaúcho, um ser social constituído em estreita relação com o bioma Pampa.

* Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista de iniciação científica do Grupo de Estudos em Economia Política e Ecologia Política (Gepol/UFRGS). Email: williammanassi@hotmail.com

** Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais e dos Programas de Pós-graduação em Economia e em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do Grupo de Estudos em Economia Política e Ecologia Política (Gepol/UFRGS). Email: daniel.lemos@ufrgs.br

[1] Ao longo deste trabalho, a abordagem ao Pampa se dará por meio de três usos terminológicos específicos: a referência ao bioma será feita pelo nome próprio masculino *o Pampa*; já as designações no feminino, *a pampa* ou *as pampas*, seguirão a tradução literal da palavra em quíchua.

Apesar de sua importância para a constituição econômica, política e social da região rio-grandense desde antes do século XVII, o reconhecimento oficial do Pampa como um dos seis biomas brasileiros ocorreu somente em 2004. No Brasil, a área formada por pampa estende-se por 193.836 km², o que corresponde a 2,3% do território nacional e 68,9% do estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2019). Este conjunto de ecossistemas abrange também a totalidade do Uruguai e cinco províncias argentinas – Buenos Aires, Santa Fé, Entre Ríos, Córdoba e La Pampa –, o que confere ao bioma uma condição trinacional.

Mesmo sem a exuberância das grandes florestas, o Pampa possui uma biodiversidade riquíssima. São estimadas três mil espécies vegetais, assim como centenas de espécies de aves, mamíferos, anfíbios e répteis (Boldrini, 2009; Schwanz, 2010; Bencke, 2016), que sustentam serviços ecossistêmicos essenciais, como a conservação de recursos hídricos, a disponibilidade de polinizadores, o provimento de forragem para a pecuária e o sequestro de carbono da atmosfera (Pillar et al., 2009).

Além dessa riqueza biótica, as pampas latino-americanas, com seus campos e coxilhas, possuem outra importância essencial: a interação inextricável dos povos de seus territórios com o meio natural permitiu a construção de um ser social particular, o gaúcho. É precisamente essa versão de humanidade na natureza que agora se encontra em xeque. Em uma reconfiguração capitaneada especialmente pelo capital portador de juros, a conversão dos solos latino-americanos em palco para a produção de mercadorias que são direcionadas primordialmente aos mercados internacionais – e negociadas em bolsas de valores – põe em curso a acelerada extinção dos milenares conjuntos de ecossistemas da região, bem como os tradicionais modos de vida a eles associados. Com efeito, o atual padrão de reprodução do capital que avança na pampa latino-americana, facilitado pelos próprios governos da região por meio de subvenções que impulsionam o neoextrativismo, não promove apenas a perda da biodiversidade ou a degradação dos solos agriculturáveis, mas ameaça seriamente a manutenção da condição material – inarredável e objetiva – à existência do gaúcho – um ser social que se forjou em harmonia com o bioma.

Neste texto, a análise da complexa relação entre esse ser e o Pampa, assim como seus processos de transformação e, agora, de possível extinção, fundamenta-se no materialismo histórico-dialético. A construção daquele ser social será examinada a partir do conceito marxiano de metabolismo social, que concebe a natureza como o "corpo inorgânico" do ser humano. Por sua vez, a lógica de acumulação que ameaça essa conexão será investigada sob a ótica das categorias do capital portador de juros, de Marx (2017b), do capital financeiro, de Hilferding (1985), bem como da teoria do imperialismo de Lenin (1979). Ademais, mobiliza-se a ideia de padrão de reprodução do capital, de Jaime Osorio (2012), que permite analisar as formas específicas de acumulação em determinados espaços geoterritoriais e contextos históricos específicos.

Para além desta *Introdução*, o artigo está estruturado em outras quatro seções: a primeira aborda a construção do ser social gaúcho por meio da interação metabólica com o Pampa; a segunda discute o padrão de reprodução do capital neoextrativista, sob a lógica do capital portador de juros; e a terceira analisa as manifestações concretas desse padrão, que cria "desertos" de soja e silvicultura na região pampeana dos três países. Ao final, conclui-se que a manutenção da existência do gaúcho passa diretamente pela preservação do bioma Pampa, onde a sobrevivência de um está dialeticamente atrelada à do outro.

2. A CONSTRUÇÃO DO SER SOCIAL GAÚCHO

A constituição da subjetividade e das práticas das sociedades humanas é um fenômeno complexo e inseparável de sua interação metabólica com o meio natural. É por essa via que Marx (2008, p. 47) afirma que "o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual" e, portanto, "não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência". No contexto pampeano, a manifestação dessa essência foi capturada pelo escritor José de Alencar (2013, p. 18-19) ao afirmar que a "natureza infiltra em todos os seres que ela gera e nutre-os de uma seiva própria" e que "nenhum ente inspira mais energicamente a alma pampa do que o gaúcho". A mesma percepção encontra eco nas observações de Charles Darwin (*apud*. Leal, 2021, p. 37), para quem o "grande prazer na independência da vida do gaúcho" nasce diretamente da "imobilidade mortal da planície". Além disso, a noção de unidade se revela, implicitamente, no projeto político de José Gervasio Artigas, a Liga dos Povos Livres (1815-1820) – que pleiteou a união de territórios pampeanos com base em semelhanças culturais e produtivas –, e nas expressões artísticas, como no poema *Tiempo del hombre*, do *payador*[2] argentino Atahualpa Yupanqui: "*entonces vine a América para nacer* [...] *y en mí junté la pampa*".

Conforme elucidado por Marx, essas representações culturais e políticas refletem a superestrutura de relações sociais de produção das quais emergem. Logo, para compreender a construção e as transformações do ser social gaúcho é preciso direcionar a análise à sua base de reprodução material. Por esse motivo, a abordagem adotada neste trabalho ancora-se no conceito marxiano de metabolismo social, visto que permite desvelar como o trabalho, enquanto atividade mediadora fundamental entre seres humanos e natureza, moldou e transformou a identidade e as condições de existência do ser que se constrói nas regiões pampeanas da Argentina, do Uruguai e do Rio Grande do Sul.

[2] Um *payador* canta e improvisa poemas, geralmente acompanhado por violão, numa tradição conhecida como *payada*. Tal forma de arte popular encontra-se no sul do Brasil, na Argentina e no Uruguai, mas também no Chile.

Apontado por Engels (2020) como “a condição básica e fundamental de toda a vida humana”, o trabalho, por seu caráter teleológico, é para Marx – no Livro I de *O capital* – aquilo que distingue o ser humano de quaisquer outros animais. Ou seja, é a capacidade daquele primeiro de agir sobre a natureza de forma planejada, previamente idealizada, e chegar a “um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo”, o que permite ao “pior dos arquitetos” distinguir-se “da melhor abelha”, mesmo que esta o “envergonhe com a estrutura de sua colmeia” (Marx, 2017a, p. 256).

Além de responsável pela construção objetiva e subjetiva dos seres humanos (Engels, 2020), o trabalho é posto, ainda, enquanto elo que une a humanidade ao seu meio natural. Justamente porque “o homem vive da natureza”, porque o ser humano “nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível”, ou seja, porque a natureza é o meio de vida imediato, o objeto/matéria e o instrumento do trabalho dos seres humanos (Marx, 2010, p. 81), é que essa relação assume centralidade em toda a construção teórica marxiana: a partir dela é que o conceito de metabolismo social aparece como pedra angular para a crítica da economia política. Afinal, como colocado por Postone (2014), ao tentar desvendar a lógica capitalista, Marx teria percebido que isso só seria possível a partir da análise das especificidades do processo de trabalho no modo de produção capitalista. Ou seja, a análise da dinâmica capitalista e de suas repercussões parte da apreensão das especificidades atribuída pelo capital à relação metabólica humanidade/natureza.

Nesta perspectiva, em uma relação que não pode ser prescindida para a produção e a reprodução da vida material e espiritual do ser humano, a natureza externa a si é entendida enquanto seu “corpo inorgânico”. Os seres humanos são inteiramente condicionados por ela e, ao mesmo tempo, a condicionam:

> a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza. (Marx, 2010, p. 84)

Em suma, para Marx (2017a, p. 255), o trabalho não é apenas “um processo entre o homem e a natureza”, no qual “o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. É precisamente porque não existe no vazio, porque é parte do meio natural, que o ser humano, ao agir sobre sua exterioridade teleologicamente, tem a capacidade de modificá-la e “por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Marx, 2017a, p. 255) – afinal, uma modificação em seu corpo inorgânico é, a um só passo, uma modificação da totalidade de si mesmo.

Portanto, é possível concluir que o processo de produção e reprodução das condições materiais de existência, fundamentado na ideia marxiana de metabolismo social, ideia esta que Moore (2020)

define como dupla internalidade humanidade/natureza, é, na verdade, um processo de humanização do meio natural, no qual a própria humanidade imprime ao seu corpo inorgânico suas próprias feições. Ao mesmo tempo, como a existência material se dá em um recorte específico da biosfera (com características próprias), a natureza externa também condiciona o processo de trabalho, pois o ser humano "pode apenas proceder como a própria natureza, isto é, pode apenas alterar a forma das matérias" em uma transformação que é "constantemente amparada pelas forças da natureza" (Marx, 2017a, p. 120-121). Diante disso, a investigação sobre os elementos que conformam a construção do ser social gaúcho deve partir da análise das relações sociais de produção dentro dessa específica interação metabólica que lhe fundamenta e constitui: a dupla internalidade ser humano-pampeano/pampa.

Para tanto, torna-se fundamental a análise do contexto histórico que lhe serviu como pano de fundo. Ao longo da expansão capitalista para além de suas fronteiras de origem, na etapa mercantilista da acumulação, as pampas da América Latina tiveram seu meio natural modificado pela ação dos invasores espanhóis e portugueses. Ao longo das primeiras tentativas de colonização na região do Rio da Prata, frustradas em muito pela resistência das populações nativas, foram introduzidas espécies equinas e bovinas, antes ausentes naquele espaço (Leal, 2021, p. 48). Consequentemente, modificaram-se substancialmente as condições materiais – e objetivas – de reprodução da vida dos povos nativos[3]. Foi somente assim, por "obra dos dentes e cascos do boi e do cavalo", que a vegetação campestre, predominante no bioma Pampa, pôde se manter rasteira. Conforme Carlos Reverbel,

> as pastagens primitivas eram altas, em muitos pontos mais altas que um homem em pé. E, entre as gramíneas e leguminosas, onde despontariam manchas atapetadas de trevo e flechilha, havia vegetação arbustiva e enormes tufos macegosos. À medida que as lotações iam aumentando, os animais, com seus trabalhos de boca e exercícios de pisoteio, encarregaram-se de afeiçoar os campos nativos ao regime do pastoreio. (Reverbel, 1986, p. 21)

Abandonados – ante o insucesso da primeira investida colonizadora – em um bioma que se caracteriza por extensas planícies cobertas por vegetação campestre, os bovinos e equinos tiveram um ambiente favorável à sua reprodução. Os povos indígenas da região – especialmente os Charruas e os Minuanos, considerados por Leal (2021, p. 49) como os primeiros gaúchos –, em estreito equilíbrio com o seu meio natural e com um modo de vida baseado na caça e na coleta, rapidamente readaptaram-se à modificação de sua natureza inorgânica: à doma do cavalo e à utilização deste como instrumento para a caça do gado bovino sobre as coxilhas pampeanas, soma-se o fato de que sua própria dieta passou a ser quase totalmente baseada na carne. Tal modificação de seu metabolismo com a natureza alterou as relações de produção de sua vida material e, por isso mesmo, modificou as próprias formas de

[3] O que confirma a ideia de Marx (2017a, p. 255) acerca de que uma modificação da natureza é, simultaneamente, uma transformação do próprio ser humano.

consciência do ser social então em formação. Como exemplo, é possível apontar para a estreita conexão estabelecida entre aqueles primeiros gaúchos e o cavalo e, do mesmo modo, a maneira como essa foi retratada, tanto por relatos de viajantes quanto na literatura, enquanto parte central da subjetividade gaúcha. Se os primeiros afirmam que "o gaúcho passa mais da metade de sua vida sobre o cavalo" e que "a pé, não sabe caminhar direito" (Mantegazza, 1916, p. 59 *apud* Leal, 2021, p. 41), José de Alencar, em *O gaúcho*, escreve que

> o gaúcho tem um elemento, que é o cavalo. A pé está em seco, faltam-lhe as asas. Nele se realiza o mito da antiguidade: o homem não passa de um busto apenas; seu corpo consiste no bruto. Uni as duas naturezas incompletas: este ser híbrido é o gaúcho, o centauro da América. (Alencar, 2013, p. 48)

Do modo de vida nômade e da preia do gado xucro – ou chimarrão – feita por esse "centauro", a prática da courama surge a partir da necessidade da criação de instrumentos de trabalho e demais objetos para sua subsistência – a boleadeira[4], já utilizada pelos indígenas charruas para a caça, é ilustrativa para esse caso. Contudo, de atividade principal para fins de reprodução da vida material do ser social que se forjara com o Pampa acrescido de equinos e bovinos, a courama passou a ser praticada para a produção de mercadorias conforme se elevava a demanda de seu produto por parte de comerciantes europeus, como os franceses, ingleses e holandeses (Reverbel, 1986; Muller, 1998). Foi nesse cenário, e com o objetivo de controlar o comércio do couro, que as Coroas espanhola e portuguesa declararam aquela atividade como monopólio colonial. Na prática, isso significou que toda produção que escapasse à expropriação dos colonizadores passaria a ser considerada ilegal (Leal, 2021), o que amplificou o choque entre modos de produção fundamentalmente distintos e criou as vias para a instituição da propriedade privada da terra, com o propósito de confinar o gado e enquadrar a lida tradicional do gaúcho nos ditames da produção de mercadorias.

A partir do avanço do cercamento dos campos da pampa, posto em marcha por regimes de sesmarias e de *haciendas*, pôde-se desenvolver, posteriormente, a prática da pecuária a partir da bovinocultura. Dentro das estâncias, criadas nessa conjuntura, os donos das terras não podiam prescindir de um trabalhador que fosse hábil para lidar com o gado confinado. Por conseguinte, não só o animal era transformado em uma mercadoria, mas também a força de trabalho do gaúcho: tornada ilegal sua atividade produtiva e cercados os campos pelos quais cavalgava, o centauro da pampa via-se expropriado do meio natural no qual podia realizar-se livremente. Isto é, se, antes, sua sobrevivência se dava a partir da caça do gado chimarrão, agora, ela era condicionada pela troca de sua atividade vital por um salário. Além disso, o próprio apresamento do gado era substituído pelo pastoreio do animal já confinado dentro dos limites dos aramados. É nesse cenário que a subsunção formal do

[4] A boleadeira, tradicional arma e ferramenta de caça dos povos pampeanos (indígenas e gaúchos), é composta por duas ou três bolas de pedra, metal ou madeira, unidas por tentos de couro. Lançada girando, ela se enrosca nas patas de animais como gado e cavalos, imobilizando-os. Também utilizada em guerras, hoje é um símbolo cultural.

gaúcho ao capital – ou seja, a alienação desse ser social quanto ao produto de seu trabalho – se deu em concomitância com a alienação do gaúcho em relação ao seu corpo inorgânico, o Pampa. Como aponta o historiador argentino Ricardo Molas,

> [...] el reparto y el cercado de los campos, la expánsion de las tierras ganaderas y agrícolas, impede a los gauchos disponer de uma fuente de recursos que les era propria. El viejo mundo de la tierra abierta, de la frontera y de las tolderías caía para siempre y se instalaba en su lugar, sobre bases tradicionales, la estancia exportadora de carne (Molas, 1982, p. 296).

Desse modo, os gaúchos – resultado de uma "mistura de antecedentes étnicos" (Leal, 2021, p. 39), a qual se completava com as populações de diferentes partes do continente africano que foram sequestradas, traficadas e, posteriormente, escravizadas dentro das estâncias (Maestri Filho, 1984)[5] – , com a expropriação do produto de seu trabalho e a imposição da propriedade privada da terra, passaram a ser identificados como "errantes, contrabandistas, vagos ou vagabundos que eram considerados fora de lei" (Leal, 2021, p. 51). Foram, ao fim e ao cabo, convertidos pelas dinâmicas de acumulação do capital: passaram de "*gauchos libres de las llanuras*" a bandidos que resistiam "*a las leyes burguesas sobre la propiedad*" (Hobsbawn, 2001, p. 21).

Tal como descrita, a transformação do gaúcho apenas reflete diretamente a modificação de sua interação metabólica com a pampa, a qual, por sua vez, está intrinsecamente ligada à alienação do produto em que essa versão específica do ser social se objetiva. Se, em um primeiro momento, aquela relação foi intermediada pelo trabalho sem fins de valorização e sob a ausência da propriedade privada da terra, com o estabelecimento das condições capitalistas de extração de mais-valor no Pampa, o metabolismo do gaúcho com o seu meio natural passou a se dar por intermédio do trabalho assalariado dentro de grandes estâncias. Isso, em última análise, desnuda uma das características imprescindíveis para o funcionamento do sistema capitalista: a alienação dos seres humanos em relação ao produto de seu trabalho não pode ocorrer sem a alienação do trabalhador em relação à sua natureza inorgânica. É nesse sentido que Marx, nos *Grundrisse*, afirma que "não é a unidade do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas, do seu metabolismo com a natureza" que precisa de explicação, mas, sim, "a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa" (Marx, 2011, p. 401).

Dessa maneira, torna-se possível afirmar que, alienado do gaúcho o resultado de sua capacidade de transformar a natureza de acordo com seus fundamentos, é alienada, também, parte fundamental de si mesmo – já que o trabalho é "dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc.

[5] Estudos sobre o processo de ocupação da região refutam a visão tradicional de que o trabalho escravizado no Pampa se restringia às charqueadas e aos centros urbanos. Na realidade, evidencia-se a ampla presença de africanos escravizados, majoritariamente da atual região de Angola (Maestri Filho, 1984, p. 34), nas grandes estâncias desde os primórdios da ocupação lusitana e do período de formação do Rio Grande do Sul (Osório, 2016).

humanos" (Marx, 2017a, p. 122). Todo esse esforço produtivo despendido pelo gaúcho, que tem o Pampa enquanto objeto, meio e matéria de sua atividade vital, é objetivado em uma mercadoria que não lhe pertence e, como consequência, é estranhado de si o seu corpo inorgânico; ou seja, é estranhada de si mesmo a sua qualidade especificamente humana (Marx, 2010, p. 84).

Mesmo assim, dentro das estâncias nas quais vendia sua força de trabalho, o gaúcho ainda pôde continuar a prática daquele que é o elo entre si e seu meio natural, ou seja, o pastoreio. Por isso, toda a construção subjetiva que emerge daquela interação metabólica continuou a se desenvolver: o surgimento dos *payadores*, das práticas tradicionais dentro dos galpões, como as rodas de mate, as partidas de truco[6], o jogo do osso[7], as *charlas* e o assado ao redor do fogo de chão, assim como a própria manutenção da estreita relação entre o gaúcho e o cavalo são exemplos disso.

No atual século, contudo, o padrão de reprodução do capital que é posto em marcha sobre o bioma Pampa não mais se dá na forma concreta da pecuária ou da courama. Na verdade, o avanço de práticas que podem prescindir daquele centauro, como a agricultura e a silvicultura de *commodities*, inicia uma dinâmica de agudização da alienação daquele ser social em relação a sua natureza inorgânica que se completa, ao fim, na própria destruição desta última. Nesse esquema, transformados o bioma Pampa e seus campos nativos em monocultura de produtos com maior demanda pelo mercado mundial, é destruído o próprio corpo inorgânico do gaúcho, sem o qual este não pode se reproduzir. Logo, esse ser social passa a experimentar não mais uma metamorfose, mas o seu próprio colapso: extinto o seu meio de vida imediato, é o gaúcho – presente tanto na Argentina e no Uruguai quanto no Rio Grande do Sul – quem passa a marchar de forma incontornável rumo à extinção.

3. DE PORTAS ABERTAS PARA O CAPITAL FINANCEIRO: O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NEOEXTRATIVISTA NO BIOMA PAMPA

A destruição do corpo inorgânico do ser social gaúcho resulta de uma nova dinâmica de acumulação de capital, consolidada na região pampeana na transição para o século XXI. Para analisar esse movimento, a noção de padrão de reprodução do capital, de Jaime Osorio (2012, p. 40), é de grande utilidade, pois investiga as "formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados", o que permite mediar níveis mais abstratos e mais

[6] O truco é um jogo de cartas de origem europeia, jogado com o baralho espanhol, amplamente popularizado na região platina. No contexto pampeano (Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai), transcende o caráter lúdico e constitui-se como uma importante prática de sociabilidade nos galpões, fortemente marcada pela oralidade e pela altivez gaúcha.

[7] Também conhecido como "jogo da *tava*", consiste no arremesso de um osso bovino, cuja face voltada para cima define o ganhador de uma aposta. Mesmo proibido tanto no Brasil quanto na Argentina e no Uruguai, por se tratar de um "jogo de azar", forjou-se como parte integrante da cultura *gaucha*. Em referência ao jogo, o poeta e *payador* rio-grandense Jayme Caetano Braun (1958, p. 154) escreve: "[...] pois tu, meu osso ferrado, das canchas de beira-mato, és para mim o retrato mais xucro do meu Estado!".

concretos de análise. Essa perspectiva permite compreender a transformação radical do bioma Pampa e a destruição de seus ecossistemas como resultado da forma pela qual o desenvolvimento capitalista se concretiza crescente e hegemonicamente naquele recorte do espaço geográfico na atual quadra histórica.

Ao longo dos sucessivos estágios de acumulação, as formas de valorização de capital transformaram-se radicalmente em decorrência de suas próprias contradições, como a intensificação da concorrência intercapitalista, a necessidade de contínua valorização do valor e – mais recentemente – a conformação de uma massa gigantesca de riqueza centralizada na forma patrimonial (Chesnais, 2005). Com o intento de manter um fluxo ininterrupto do processo de produção – ou seja, para abreviar o tempo de circulação do capital e aumentar seu número de rotações –, o sistema de crédito tornou-se uma engrenagem cada vez mais decisiva. Conforme demonstrado por Marx (2017a), esse mecanismo também impulsiona duas tendências que se retroalimentam e que são inerentes à acumulação capitalista: a concentração (elevação da composição orgânica do capital) e a centralização (fusão ou expropriação de capitais existentes e formação de monopólios ou oligopólios) de capitais.

Para a consolidação do aparato de crédito revelou-se indispensável, contudo, a existência de uma massa de dinheiro centralizada nas mãos de poucos e não aplicada diretamente na produção. É diante desse arranjo que o dinheiro deixa de ser apenas um equivalente geral para assumir um valor de uso específico: a capacidade de apropriar-se de uma parte do excedente socialmente produzido sob a forma de juros. Ele passa, portanto, a valorizar-se em uma dinâmica que suprime, ilusoriamente, a mediação do processo produtivo; isso é o que leva Marx (2017b) a afirmar o capital portador de juros como a forma mais exteriorizada e fetichista do capital – na qual o fetichismo assume sua máxima expressão na ideia de que o dinheiro é capaz de gerar dinheiro a partir de si próprio.

Nesse contexto, aquilo que surge com a função de servir como uma via para a troca de mercadorias converte-se, em si mesmo, numa mercadoria. Com o capital portador de juros, a inversão das relações sociais em relações entre coisas se consuma, já que o valor – uma relação social – atinge a aparência máxima de ser uma propriedade natural e inerente da forma monetária. As consequências mais diretas desse fenômeno são a coisificação do trabalhador e, simultaneamente, a fetichização do dinheiro. Por isso, ocultadas as relações sociais de produção, este passa a atuar de maneira autônoma, como um rei da sociedade moderna, autonomizado do mundo objetivo. Em última instância, escancara-se o fato de que o ser humano é estranhado diretamente de suas condições materiais de existência e, portanto, daquilo que forja sua essência. A fantasia da autovalorização do valor sem a mediação da produção aparece, então, como uma "qualidade do dinheiro tanto quanto dar peras é uma qualidade da pereira" (Marx, 2017b, p. 442):

> No capital portador de juros, portanto, produz-se em toda sua pureza esse fetiche automático do valor que se valoriza a si mesmo, do dinheiro que gera dinheiro, mas que, ao assumir essa forma, não traz mais nenhuma cicatriz de seu nascimento. A relação social é consumada como relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma. Em vez da transformação real do dinheiro em capital, aqui se mostra apenas sua forma vazia de conteúdo. Assim como na força de trabalho, o valor de uso do dinheiro transforma-se em fonte de criação de valor, de um valor maior que o que está contido nele mesmo. (Marx, 2017b, p. 442)

A autonomização do valor é aprofundada por Marx (2017b, p. 527) ao afirmar que, com "o capital portador de juros e o sistema de crédito, todo capital parece duplicar às vezes triplicar [...] sob diferentes formas em diferentes mãos". Ou seja, mesmo sem o investimento direto na produção – seja pela baixa taxa de lucro decorrente da alta composição orgânica do capital, seja pela maior vantagem em emprestar dinheiro a juros –, o capital pode ser mobilizado indiretamente para sua valorização. Nessa perspectiva, o capital fictício surge como uma forma derivada e ampliada do capital portador de juros, onde a antecipação de rendimentos assume formas mais complexas, como títulos públicos e as ações nas bolsas de valores. Desse modo, Marx define capital fictício como aquele que, por meio de títulos de propriedade que representam uma reivindicação sobre o rendimento futuro, mas que não correspondem diretamente a um capital produtivo real, pode valorizar-se.

Ao garantir para seu detentor o direito de uma fatia de lucros sobre uma produção que sequer foi realizada, a formação do capital fictício, através da capitalização, intensifica a aparência de que o capital pode se valorizar automaticamente. Como aponta Marx,

> apaga-se até o último rastro toda a conexão com o processo real de valorização do capital e se reforça a concepção do capital como um autômato que se valoriza por si mesmo. [...] O movimento independente do valor desses títulos de posse, não só dos títulos da dívida pública, mas também das ações, reforça a ilusão de que eles constituem um capital real ao lado do capital ou do direito ao qual eles possivelmente deem título. Pois esses títulos se tornam, de fato, mercadorias, cujo preço tem seus próprios movimentos característicos e é fixado de maneira peculiar. (Marx, 2017b, p. 524-525)

Nesse cenário em que o dinheiro aparenta certa autonomia face à esfera produtiva, o capital fictício encontra nas instituições bancárias um de seus principais meios de manifestação, pois são elas que, por sua própria natureza – como já apontara Marx[8] –, concentram todo o capital monetário disponível. Como um desdobramento desse esquema, Hilferding (1985) identificou uma nova forma de capital que derivava, justamente, do desenvolvimento do capital portador de juros e fictício e da atuação do sistema bancário nesse mercado de capitais que se criara. De um lado, os industriais passaram a utilizar um capital que não lhes pertencia, acessível apenas via bancos; de outro, os bancos foram obrigados a fixar parte de seus capitais na indústria para garantir sua valorização. Dialeticamente,

[8] "[...] o negócio bancário consiste, em termos gerais, em concentrar nas próprias mãos, em grandes massas, o capital monetário emprestável, de modo que, em vez do prestamista individual, é o banqueiro que aparece como representante de todos os prestamistas de dinheiro diante do capitalista industrial e comercial." (Marx, 2017b, p. 454)

mais do que se resumir a uma mútua dependência, a progressiva fusão entre os capitais industrial e bancário engendrou uma forma superior e completamente nova: o capital financeiro.

Com efeito, Lenin (1979) dá um passo adiante ao afirmar que a referida categoria, na verdade, não surge de maneira isolada ou apenas idealmente, mas corresponde organicamente a uma nova etapa histórica de acumulação, o imperialismo. Caracterizado por uma crescente formação de monopólios que passam a controlar a economia mundial, esse estágio superior do capitalismo não presume o fim da concorrência, mas, ao contrário, apenas a sua reafirmação em bases monopolistas, o que aumenta a escala da centralização e da concentração de capital. Ou seja, as duas contradições fundamentais que surgem da própria natureza do modo de produção capitalista agudizam-se em escala planetária; a partilha do mundo aparece como resultado necessário dessa lógica, já que, no sentido de encontrar novos destinos para onde o capital excedente deva ser escoado, derrubam-se todas as barreiras nacionais ainda existentes.

Sob essa nova configuração, a subjugação de economias periféricas – marcadas por uma menor composição orgânica do capital – não se concretiza, necessariamente, pelo protagonismo da exportação de mercadorias ou da artilharia de canhões. Em seu lugar, a exportação de capital e a ofensiva ideológica convertem-se nos vetores centrais para a abertura daquelas fronteiras à hegemonia financeira. Assim, se Marx já havia notado a exportação de capitais para colônias em busca de taxas de lucro mais elevadas[9], Lenin (1979) ressalta que, no estágio imperialista, esse movimento se intensifica a ponto de se tornar o traço distintivo do regime de acumulação, uma contratendência à queda da taxa de lucro nos países centrais.

Longe de permanecer estático, esse estágio superior e final do capitalismo aprofundou suas tendências ao longo do século XX e início do XXI, o que culmina em uma tentativa de completa financeirização das economias capitalistas. Embora mantenha as características essenciais apontadas por Lenin (1979), o modo pelo qual o capital se acumula e se reproduz na etapa imperialista adquiriu novos contornos. É sob esse prisma que Chesnais (2005) afirma que o capital portador de juros, longe de estar superado, localiza-se no centro das relações econômicas e sociais contemporâneas, com contradições ainda mais amplificadas. Na conjuntura atual, a centralidade do capital financeiro é acelerada por uma quantidade crescente de lucros não reinvestidos na produção. Canalizado por instituições financeiras progressivamente mais ativas, esse capital excedente busca valorização por outras vias, principalmente sob a forma de juros de empréstimos e dividendos pagos a detentores de

[9] "[...] no que diz respeito aos capitais investidos em colônias etc., eles podem produzir taxas de lucro mais altas porque nesses lugares, em geral, devido a seu baixo desenvolvimento, as taxas de lucro são mais altas – o mesmo vale para a exploração do trabalho, com o emprego de escravos e cules etc." (Marx, 2017b, p. 277)

títulos. A ele se somam os lucros obtidos pela posse de ações e pela especulação bem-sucedida com o preço desses ativos financeiros.

Como visto, a crescente hegemonia do capital financeiro não pôde se consolidar sem as condições políticas que lhe garantissem a livre atuação. Foi nesse sentido que, desde o final da década de 1980, um novo receituário econômico foi imposto aos Estados nacionais periféricos sob a forma política e ideológica. Esse conjunto de diretrizes, conhecido como Consenso de Washington, funcionou como um cavalo de Tróia para a abertura e a desregulamentação das economias dos países subdesenvolvidos, já que, com a pretensa aparência de via para o "desenvolvimento", serviu, na prática, para pavimentar a livre entrada do capital financeiro e a mundialização do capital. O resultado, por fim, foi a instauração de um novo padrão de reprodução do capital (Osorio, 2012).

Na América Latina, a aplicação desse receituário não se deu de maneira casual: região privilegiada com reservas mundiais de cobre, bauxita, carvão, petróleo, gás natural e urânio, e que possui bacias hidrográficas que contêm 35% do potencial hidroenergético em escala planetária (Seoane, 2006), o continente é tido como essencial para a acumulação capitalista. Menos casual ainda foi a expansão do capital financeiro em direção ao espaço agrário latino-americano. Como demonstram Jeziorny *et al.* (2023), a terra, além de ser um meio de produção para *commodities* agrícolas, é crucial para a extração de renda. Essa característica confere ao capital portador de juros novas vias de valorização, notadamente através da geração de dividendos para cotistas de fundos de investimento e da especulação com o preço da terra. Contraditoriamente, o mecanismo delineado explicita que, apesar de seu caráter fetichista ilusionar com a ideia de que o dinheiro se valoriza por si só, o capital portador de juros, em última instância, não pode se reproduzir sem se apropriar do meio natural. Por isso, esse novo padrão de reprodução, ao enquadrar a terra como um ativo financeiro e palco para a produção de mercadorias, alterou radicalmente o metabolismo entre seres humanos e natureza.

Embora tenha sido impulsionado por uma doutrina econômica exógena ao continente, é importante pontuar que a entrada do capital financeiro na região se deu pela atuação direta dos próprios Estados nacionais latino-americanos. Com base na ilusão de que o desenvolvimento passaria por uma aliança entre os capitais internacionais e a burguesia local, os governos regionais lançaram mão de práticas neoextrativistas (Gudynas, 2012; Svampa, 2019), ou seja, passaram a enquadrar o meio natural como fonte de recursos naturais para gerar divisas. Essa estratégia, que se difere do extrativismo colonial por ser empenhado pelos próprios governantes da América Latina, tem como resultado a violenta remodelação dos espaços geoterritoriais do continente, transformados em palcos para a produção de *commodities* à custa de seus ecossistemas nativos.

Ironicamente, aprofunda-se a mesma dependência que a aliança com o capital internacional prometia, de forma ilusória, superar. É nesse quadro de soberania enfraquecida e de portas abertas ao capital financeiro que a busca pela autovalorização encontra um terreno fértil. Logo, a financeirização, impulsionada pela lógica do capital portador de juros e do capital fictício, avança sobre o espaço agrário por intermédio de grandes *holdings* e fundos internacionais. Um exemplo claro, no caso brasileiro, do aparato legal criado para viabilizar esse movimento foi a criação dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e dos Fundos de Investimento do Agronegócio (FIAGRO)[10].

Como apontado em seção precedente, o bioma Pampa não ficou de fora de todo esse processo. A partir da alteração das atividades econômicas no atual estágio imperialista, a região pampeana passou a ser reconfigurada de modo a atender aos interesses do capital financeiro. Os campos nativos, outrora utilizados primordialmente para a criação do gado, são extintos para dar lugar às plantações de *commodities* negociadas nas principais praças financeiras do mundo, como a soja, mas também para o estabelecimento de empresas multinacionais produtoras de mercadorias voltadas à exportação, como produtos da silvicultura e da mineração.

Em suma, a crescente hegemonia do capital financeiro reconfigurou as dinâmicas de acumulação ao ponto de ser possível identificar, na América Latina e em suas pampas, um novo padrão de reprodução do capital (Osorio, 2012). Como evidenciado, a consolidação desse arranjo não poderia ocorrer de modo alheio aos Estados nacionais latino-americanos; ao contrário, foram os próprios governos da região, ancorados na lógica neoextrativista, os responsáveis por implementar políticas que abriram as portas à financeirização. O resultado, por fim, foi a remodelação dos espaços geoterritoriais – ou dos territórios – em palcos para a acumulação de capital.

4. "DESERTOS" DE SOJA, "FLORESTAS" DA SILVICULTURA: A FORMA CONCRETA DO ATUAL PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA PAMPA

A hegemonia do capital financeiro forjou um novo padrão de reprodução do capital na América Latina. Ao contrário de ser uma exceção, o bioma Pampa tornou-se um palco estratégico para essa dinâmica, que se concretiza muito especialmente na expansão do plantio de soja e da silvicultura. Esta seção – dividida em duas subseções – aprofunda a análise de como a utilização desse conjunto de ecossistemas para a acumulação de capital transforma radicalmente sua paisagem, o que resulta na conversão de um bioma caracterizado por sua vasta biodiversidade e por sua vegetação predominantemente campestre em "desertos" de soja e "florestas" de espécies exóticas.

[10] Sobre o tema consultar: Rech e Jeziorny (2024) e Jeziorny *et al.* (2024)

4.1 Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina

Desde 1985, o bioma Pampa no Rio Grande do Sul enfrenta uma severa perda de sua vegetação nativa, que encolheu de 13,6 milhões para 10,2 milhões de hectares. O principal motor dessa devastação é a expansão da soja. Como demonstram Rech *et al.* (2025), ao dimensionarem a intensidade da referida expropriação, o avanço veloz da monocultura tem se consolidado como a principal ameaça à manutenção da vida orgânica e social no bioma. Entre 1988 e 2023, a área plantada com o grão no Estado cresceu 3,17 milhões de hectares; o Pampa, sozinho, respondeu por 2,7 milhões de hectares do crescimento – o equivalente a 85% de toda a expansão na região rio-grandense –, e sua área de cultivo saltou de 1,8 milhão para 4,5 milhões de hectares. Como resultado, o Estado alcançou 6,76 milhões de hectares totais e afirmou-se como a segunda maior área de cultivo de soja do país. Hoje, o Pampa não só é palco para mais de 67% das lavouras estaduais, como também responde por 60% do total produzido nessa região (PAM/IBGE, 2024).

Contudo, a maior parte dessa produção é exportada. Em 2024, 63% da safra estadual – 8 milhões de um total de 12,7 milhões de toneladas – foi destinada ao mercado externo (PAM/IBGE, 2024; BRASIL, 2024). Esse fluxo de escoamento evidencia o controle do capital financeiro sobre a produção local, pois a operação é dominada por um grupo restrito de corporações: a *holding* chinesa COFCO e as empresas multinacionais norte-americanas Cargill[11] e Bunge[12]. Juntas, estas adquirem a maior parte do produto plantado em solo rio-grandense, sobretudo no Pampa, e a direcionam para o mercado global.

Apesar da dominância absoluta da soja, é o crescimento relativo de 1639% em 38 anos que torna a silvicultura uma ameaça igualmente grave ao corpo inorgânico do gaúcho, o Pampa (MapBiomas, 2024c). Impulsionada pelo plantio de eucalipto, essa rápida expansão fez com que, em 2023, o bioma respondesse por mais de 55% dos 980 mil hectares de silvicultura existentes no Estado (PEVS/IBGE, 2024). Além disso, o avanço também lança luz ao papel central do capital financeiro no setor da silvicultura, já que é liderado por um pequeno número de empresas de capital aberto. Atualmente, a principal delas é a CMPC (Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones), um grupo chileno que detém, aproximadamente, 300 mil hectares para o plantio de árvores/espécies exógenas no Rio Grande do Sul (CMPC, 2018). Ao lado dela, estão a Stora Enso, de capital sueco-finlandês, e a Suzano

[11] Disponível em: https://trase.earth/insights/brazilian-soy-exports-and-deforestation

[12] Disponível em: https://www.bunge.com.br/Press-Releases/Bunge-anuncia-acordo-para-compra-de-30-da-Agrofel-Gros-e-Insumos-e-aumenta-sua-capacidade-de-origina#:~:text=Bunge%20anuncia%20acordo%20para%20compra%20de%2030%,aumenta%20sua%20capacidade%20de%20origina%C3%A7%C3%A3o%20no%20RS.&text=%E2%80%9CCompartilhamos%20dos%20mesmos%20valores%20e%20princ%C3%ADpios%20voltados,Wilson%20Ferrarin%2C%20Presidente%20do%20Conselho%20da%20Agrofel.

Papel e Celulose, responsável por incorporar a empresa Fibria, originada a partir de uma fusão da Aracruz e da Votorantim.

Esse modelo de produção de mercadorias foi ativamente promovido pelo governo do Rio Grande do Sul, cujo empenho em promover a entrada de empresas, especialmente multinacionais, do setor de celulose confirma o caráter neoextrativista de sua atuação[13]. Embora justificado como motor de desenvolvimento regional e como "solução" para problemas ambientais – apresentado como uma iniciativa de "florestamento" (Azevedo e Fialho, 2015) –, o avanço da silvicultura, na prática, apenas acelera a expropriação dos territórios pampeanos e a extinção de seus ecossistemas. Ademais, boa parte do destino de sua produção é o mercado externo, como demonstra a exportação de 1,6 milhão de toneladas deste bem primário somente em 2023[14].

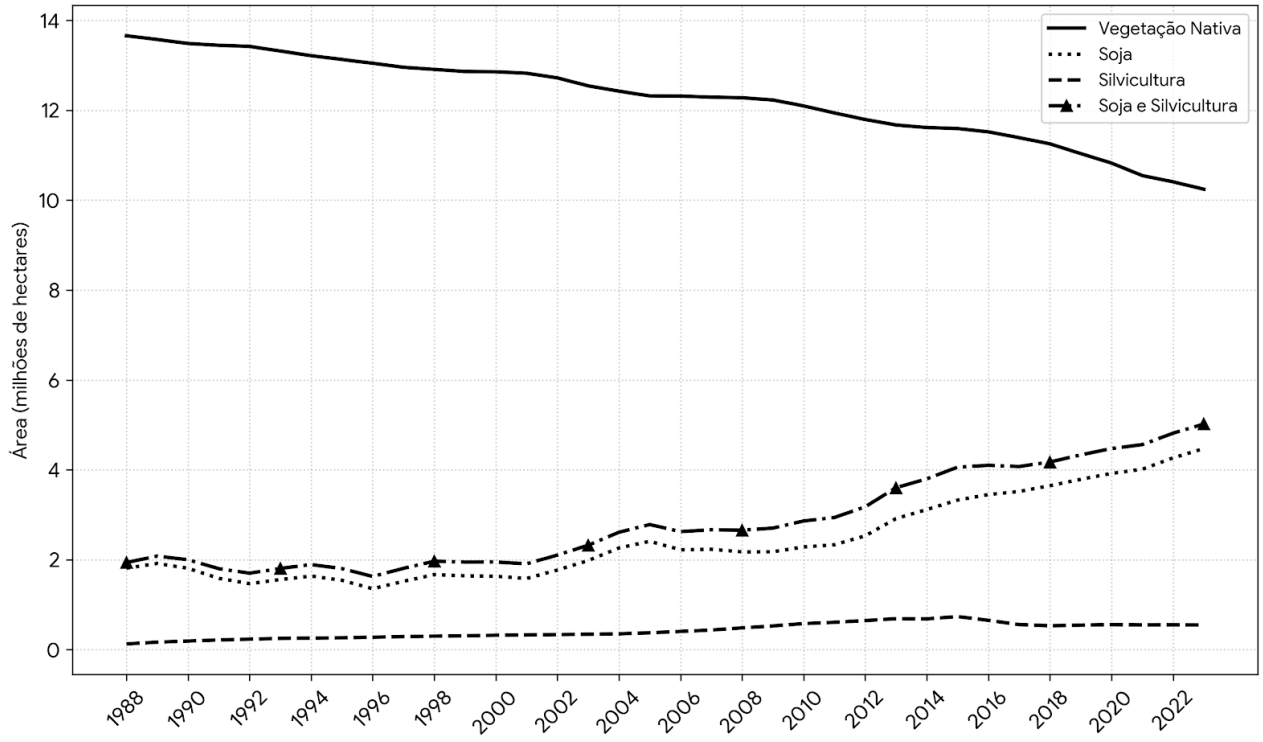
O resultado concreto desta dupla frente de expansão sobre o Pampa é visualmente explícito no Gráfico 1[15], que contrasta a área remanescente de vegetação nativa pampeana no Estado do Rio Grande do Sul com as áreas destinadas à silvicultura e às plantações de soja. Com uma correlação quase perfeita, a expansão de 3,08 milhões de hectares de soja e silvicultura corresponde a uma perda de 3,4 milhões de hectares de vegetação nativa no mesmo período.

[13] Disponível em: https://estado.rs.gov.br/governador-lanca-programa-de-incentivo-ao-plantio-de-eucaliptos-na-metade-sul Acesso em: 23 mai. 2025.

[14] Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/celulose-e-um-dos-principais-produtos-exportados-pelo-porto-do-rio-grande#:~:text=Celulose%20%C3%A9%20um%20dos%20principais%20produtos%20exportados%20pelo%20Porto%20do%20Rio%20Grande,-Baseado%20no%20transporte&text=Em%202023%2C%20a%20celulose%20foi,foi%20exportada%20para%20diversos%20pa%C3%ADses. Acesso em: 23 mai. 2025.

[15] A variação nos anos de início das séries históricas apresentadas nos gráficos decorre estritamente da disponibilidade metodológica dos dados nas respectivas coleções nacionais do Projeto MapBiomas e demais órgãos oficiais.

Gráfico 1: Comparação entre áreas remanescentes de vegetação nativa e áreas entre soja e silvicultura – pampa rio-grandense



Elaboração própria. Fontes: MapBiomas Pampa (2024) - Coberturas y Transiciones (colección 4); IBGE - Produção Agrícola Municipal; IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.

Por outro lado, na margem oriental do rio Uruguai – posição geográfica que forja a própria identidade da República vizinha –, a dinâmica de acumulação capitalista ganha contornos próprios, embora obedeça à mesma lógica espoliativa. É exatamente ali que a imagem de Eduardo Galeano (2024, p. 122) acerca dos "soldados em fila, os pinheiros e eucaliptos de exportação, que marcham rumo ao mercado internacional" como "exemplos de desenvolvimento" e "fontes de divisas" encontra base material na realidade uruguaia, onde a expansão da silvicultura com espécies exógenas se tornou uma característica marcante da paisagem. Diferentemente das pampas rio-grandenses, região em que a soja lidera a pressão sobre o bioma em termos absolutos, no Uruguai a silvicultura é a principal ameaça aos ecossistemas pampeanos. A expansão é expressiva: em apenas 23 anos, a área de florestas plantadas mais que dobrou, ou seja, passou de 599 mil hectares em 2000 para 1,2 milhão de hectares em 2023 (Dirección General Forestal – MGAP, 2024).

Assim como no Rio Grande do Sul, no entanto, o avanço da silvicultura foi impulsionado pelo apoio estatal com subsídios e isenções fiscais, o que favoreceu a concentração dessa atividade nas mãos de poucas empresas multinacionais. Hoje, o setor é dominado pela finlandesa UPM e pela chileno-finlandesa Montes del Plata – composta pela Stora Enso e a Arauco. Juntas, as duas corporações possuem cerca de 600 mil hectares, uma área que corresponde a mais de 51% de toda a área destinada à silvicultura no país (Bachetta *et al.*, 2019).

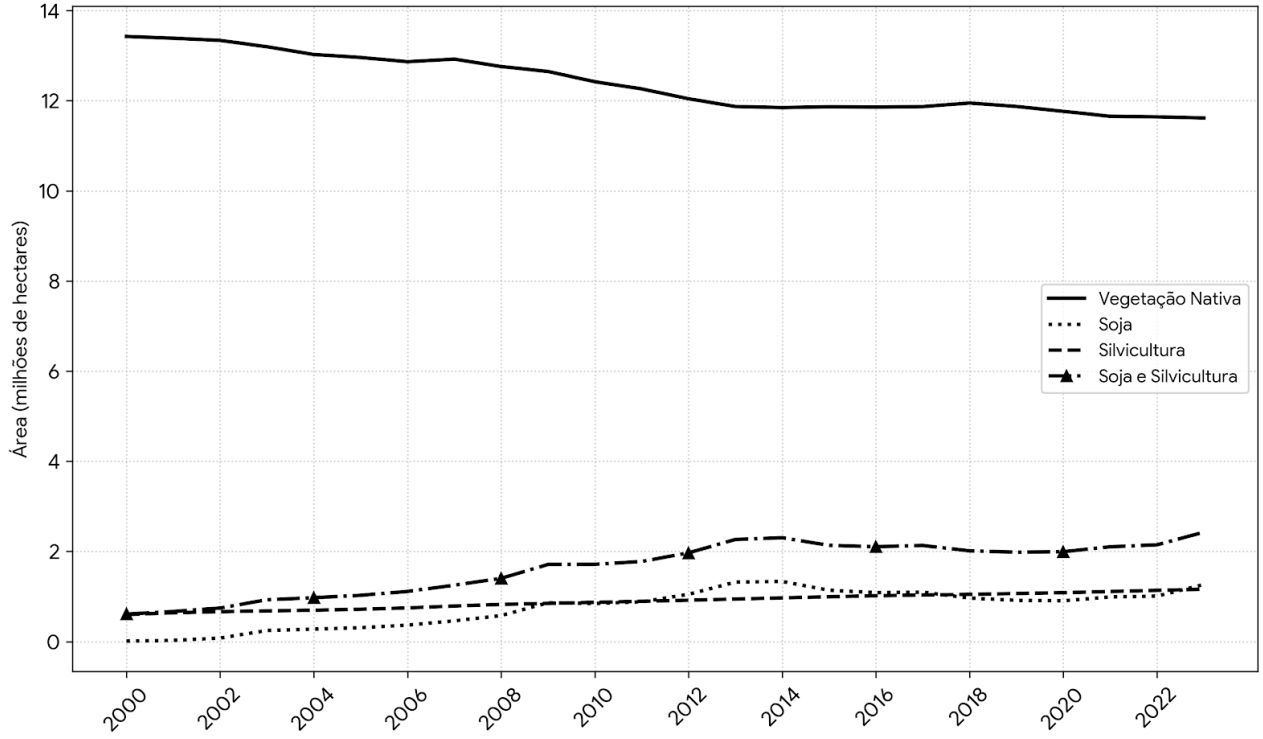
Apesar da dominância da silvicultura, a expansão agrícola também transforma drasticamente o meio natural uruguaio. Com um aumento relativo de 10459% em duas décadas, a soja deixou de ser uma cultura marginal para se tornar um problema também em termos absolutos. A área destinada ao grão saltou de apenas 12 mil hectares em 2000 para, aproximadamente, 1,26 milhão de hectares em 2023, expansão que a colocou em uma escala comparável à das próprias florestas plantadas (DIEA/MGAP, 2024).

De maneira análoga ao que ocorre nas pampas rio-grandenses, esse avanço da área cultivada com soja é capitaneado por um restrito grupo de corporações multinacionais. Entre as *holdings* que comandam as exportações do grão no Uruguai, destacam-se a Cargill, que começou suas operações por intermédio da empresa Crop Uruguay, a também estadunidense Archer Daniels Midland (ADM), a europeia Louis Dreyfus (LDC), que atua no país desde 2002, e as uruguaias Cereoil e Barraca Erro[16].

O gráfico a seguir (Gráfico 2) sintetiza a dinâmica de transformação da pampa uruguaia. A perda de 1,9 milhão de hectares de vegetação nativa no período analisado não é uma coincidência, mas a contrapartida direta da expansão de 1,8 milhão de hectares da soja e de cultivos da silvicultura somadas, o que evidencia um processo de substituição direta do ecossistema pampeano por monoculturas.

[16] Disponível em: https://www.redes.org.uy/2014/02/20/el-comercio-de-soja-en-uruguay/

Gráfico 2: Comparação entre áreas remanescentes de vegetação nativa e áreas entre soja e silvicultura – pampa uruguaia



Elaboração própria. Fontes: MapBiomas Uruguay (2024) - Coberturas y Transiciones (colección 1); Dirección General Forestal - MGAP. (2025); Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca (MGAP) - Dirección de Estadísticas Agropecuarias (DIEA).

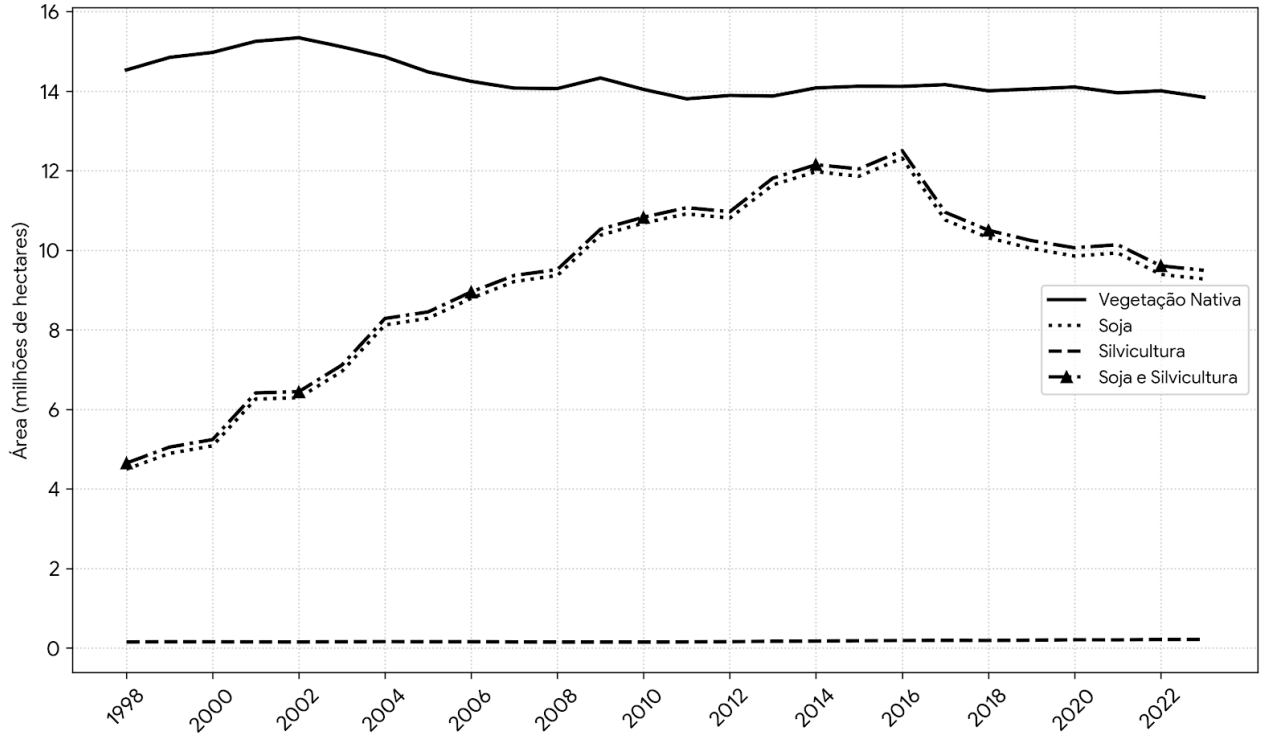
Na Argentina, a situação retorna a um padrão semelhante ao do Rio Grande do Sul, isto é, com a expansão da área de plantio de soja como principal vetor de conversão da vegetação nativa. Grande produtor do grão desde a década de 1970, o país concentra essa cultura predominantemente nas províncias que integram o bioma Pampa. Com a exceção da província de Córdoba, em que mais da metade de suas plantações de soja se situam na sua porção Norte – ou seja, fora da região pampeana –, as outras quatro formam o núcleo produtivo do grão no país; juntas, concentram 9,3 milhões de hectares de soja, o que equivale a 60% da área plantada com essa *commodity* em nível nacional e 30% de toda sua produção. Entre 1998 e 2023, a área de cultivo na região cresceu 106%, uma expansão de 4,8 milhões de hectares (DEA/SAGyP, 2024). Ressalta-se que, assim como no território rio-grandense, as empresas exportadoras que controlam a produção são as *holdings* Bunge, Cargill e COFCO (Bender, 2017).

Em contraste com a área de soja, a silvicultura representa um vetor de transformação secundário na pampa argentina. Embora o país possua 1,3 milhão de hectares de florestas plantadas com espécies exóticas, apenas 217 mil estão no bioma Pampa (MapBiomas, 2024a). Apesar da escala menor, o padrão de controle do setor é o mesmo: o domínio do espaço é exercido pelo capital estrangeiro. Neste caso, as empresas chilenas Arauco e CMPC são as principais atuantes e possuem um total

combinado de mais de 350 mil hectares em todo o território argentino (Celulosa Arauco y Constitución S.A., 2023; CMPC, 2025).

O resultado dessas duas atividades sobre o Pampa argentino é visualmente explícito. As áreas plantadas com soja e com espécies da silvicultura somam 9,5 milhões de hectares, em oposição aos 13,8 milhões de hectares remanescentes do ecossistema nativo (MapBiomas, 2024a). O gráfico a seguir (Gráfico 3), sintetiza essa reconfiguração: do mesmo modo que nos casos anteriores, ele contrasta a curva de declínio do ecossistema pampeano com a expansão combinada das monoculturas de exportação.

Gráfico 3: Comparação entre áreas remanescentes de vegetação nativa e áreas entre soja e silvicultura - pampa argentina (4 províncias selecionadas)



Elaboração própria. Fontes: MapBiomas (2024) - Coberturas y Transiciones, Argentina (colección 1); Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca - Dirección Nacional de Agricultura - Dirección de Estimaciones Agrícolas.

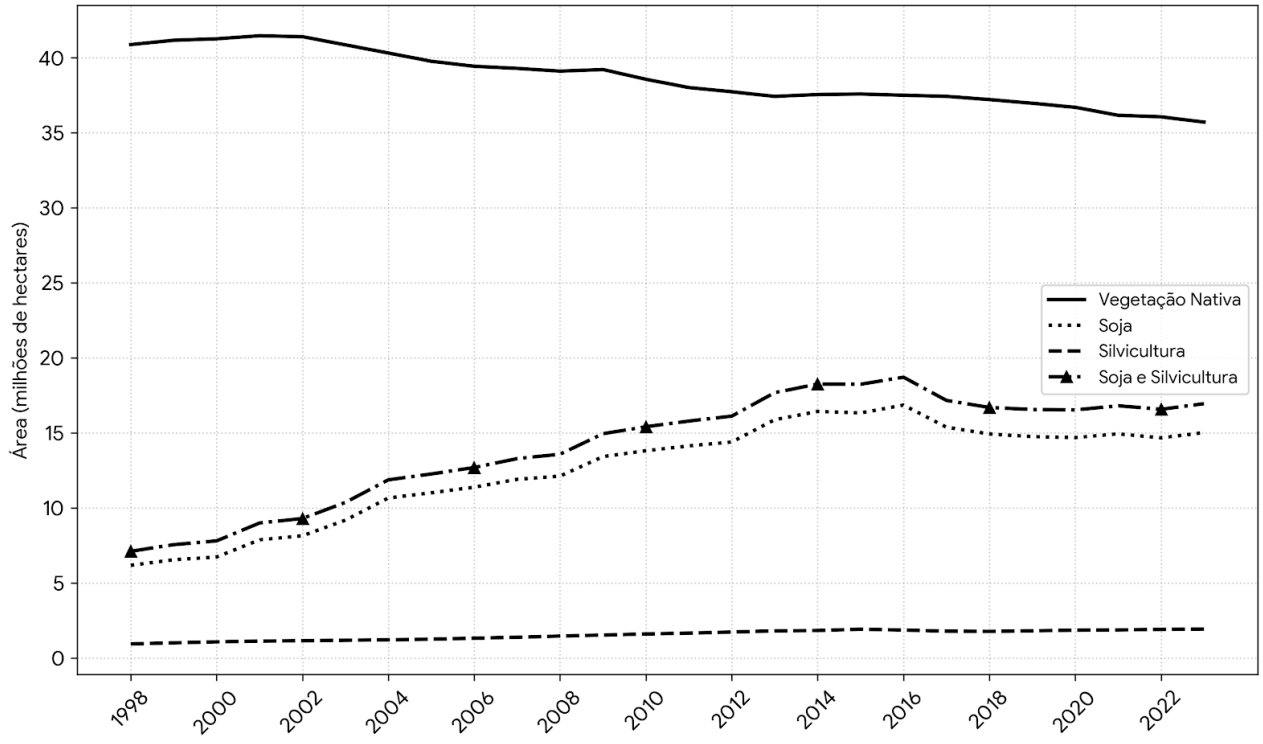
4.2 Um bioma de três bandeiras

As pampas da América Latina, com uma extensão original de quase 110 milhões de hectares, são distribuídas de maneira desproporcional entre os países que as conformam. Se, na Argentina, eram 72 milhões de hectares (66%), o Brasil, mais especificamente o Estado do Rio Grande do Sul, contava com 19,4 milhões de hectares (18%) e, por fim, o Uruguai com 17,8 milhões de hectares (16%). Contudo, como analisado acima, a dinâmica de transformação imposta ao bioma o coloca em um acelerado processo de extinção. A expansão combinada das monoculturas de soja e de espécies da silvicultura provocou uma perda de 9,5 milhões de hectares de vegetação campestre em todo o bioma

entre 1985 e 2023, ou seja, aproximadamente 20% de seus campos nativos – o meio natural ou corpo inorgânico do ser social gaúcho. Consequentemente, quase a metade (48,4%) da área original do Pampa é destinada à agricultura, aos pastos exógenos e à silvicultura, enquanto ainda existem 35,7 milhões de hectares de pampas remanescentes em toda a América Latina, ou seja, menos da metade da sua extensão originária (47,4%) (MapBiomas, 2024c).

Em termos absolutos, a Argentina ainda detém a maior área remanescente de vegetação nativa, com 13,8 milhões de hectares, seguida pelo Uruguai, com 11,6 milhões de hectares, e, por último, pelo Brasil, com 10,2 milhões de hectares. Em termos relativos, no entanto, essa classificação se inverte: o Uruguai é quem mantém a maior porcentagem área de pampa nativa, com 65,2% de cobertura original intacta. O Brasil aparece na sequência com 52,8%, enquanto a Argentina, apesar de sua vasta área, possui apenas 19,2% de sua cobertura original (MapBiomas, 2024c). Para consolidar a análise, o Gráfico 4 sintetiza a transformação em escala continental. Nele, as fronteiras nacionais são abstraídas para ilustrar o resultado agregado: a correlação inversa entre o declínio da vegetação nativa e a expansão combinada da soja e da silvicultura sobre todo o bioma Pampa.

Gráfico 4: Comparação entre áreas remanescentes de vegetação nativa e áreas entre soja e silvicultura – pampa trinacional



Elaboração própria. Fontes: MapBiomas (2024) - Coberturas y Transiciones, Argentina (colección 1); Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca - Dirección Nacional de Agricultura - Dirección de Estimaciones Agrícolas; MapBiomas Pampa (2024) - Coberturas y Transiciones (colección 4); IBGE - Produção Agrícola Municipal; IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura; MapBiomas Uruguay (2024) - Coberturas y Transiciones (colección 1); Dirección General Forestal - MGAP. (2025); Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca (MGAP) - Dirección de Estadísticas Agropecuarias (DIEA).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo, com sua necessidade de contínua acumulação, possui a capacidade de se readaptar diante de suas próprias contradições. Historicamente, essas transformações resultaram na complexificação de seus mecanismos e, invariavelmente, em uma pressão sempre crescente sobre o meio natural. A cada nova reinvenção, agudiza-se a exploração das forças da natureza com o intento de evitar que as tendências de queda da taxa de lucro se tornem uma realidade; é isso que leva Mészáros (2011) a caracterizar o modo de produção capitalista como um sistema essencialmente *destrutivo* das condições materiais de vida.

Nesse contexto, foi demonstrado como o atual padrão de reprodução do capital na América Latina, caracterizado pela lógica do capital portador de juros e do neoextrativismo, se concretiza na região pampeana. Alavancada pela tendência intrínseca ao sistema capitalista de considerar a natureza uma fonte inesgotável de recursos, a conversão da vegetação nativa em cultivos de soja e de espécies da silvicultura, especialmente o eucalipto e o pinus, desencadeia um processo duplo e indissociável: a destruição do bioma e, como consequência direta, a extinção do ser social gaúcho. Esse diagnóstico converge diretamente com as constatações recentes de Rech *et al.* (2025), que, ao investigarem a radicalidade dessa reconfiguração territorial, atestam que a hegemonia da soja subordina não apenas o meio natural, mas a própria existência da população humana no bioma à reprodução do capital, de modo que a sobrevivência na região passa a ser ditada e condicionada pelas necessidades de valorização financeira.

Longe de significar unicamente a dissolução daquele ser, a destruição do Pampa intensifica a atual crise ecológica ao colocar em xeque um dos serviços ecossistêmicos essenciais para o sistema terrestre: a estocagem de carbono no solo, função imanente aos ecossistemas campestres. A consequência mais tangível disso é a crescente ocorrência de eventos climáticos extremos na região da pampa. De fato, do Rio Grande do Sul ao Uruguai e à Argentina, os episódios de secas e calor extremos, bem como as enchentes e inundações que assolam suas cidades, departamentos e províncias, tornaram-se uma realidade recorrente.

Atualmente, no território pampeano, 19,2 milhões de hectares são destinados à plantação de soja e demais espécies da silvicultura. Com um crescimento de 106% desde 1998, esses cultivos igualam-se em extensão a mais da metade da área composta por vegetação nativa remanescente das planícies latino-americanas, que é de 35,7 milhões de hectares. Se, no Uruguai, os cultivos de soja e da silvicultura se estendem por uma área que se equipara em extensão (1,1 e 1,2 milhões de hectares, respectivamente), a hegemonia da soja é absoluta na pampa da Argentina (9,3 milhões de hectares) e do Rio Grande do Sul (4,5 milhões de hectares) com larga margem de diferença, mesmo que, nos

períodos analisados, a expansão relativa de áreas plantadas com eucalipto e pinus, principalmente no caso rio-grandense, tenha sido elevada.

Além da financeirização de seus espaços agrários, os dois países e um Estado formados pela região do Pampa partilham o fato de que tal dinâmica se dá a partir da liderança de seus próprios Estados nacionais. Essa articulação escancara o caráter neoextrativista do atual padrão de reprodução do capital e torna explícita sua característica centralizadora do controle da produção da soja e de produtos da silvicultura, já que este é compartilhado por um pequeno número de corporações. Enquanto as *holdings* COFCO, Bunge e Cargill estão presentes no território rio-grandense, uruguaio e argentino no controle da exportação do grão, a CMPC e a Stora-Enso, junto às suas subsidiárias, controlam grande parte das áreas dos três países destinadas a essa atividade.

No entanto, o Rio Grande do Sul, o Uruguai e a Argentina compartilham uma outra característica, ainda mais profunda: a formação de um mesmo ser social. Construído dialeticamente, este só pôde se desenvolver a partir de sua interação metabólica com o bioma Pampa em uma relação intermediada pelo trabalho, o elo fundamental que os une em uma totalidade e que é responsável pela construção da objetividade e subjetividade gaúcha. A profundidade dessa relação se confirma na ideia, exposta ainda na segunda seção, de que o gaúcho é o corpo orgânico do Pampa e este, por sua vez, é o corpo inorgânico do gaúcho.

A conversão das planícies latino-americanas em palco para a acumulação de capital por meio da produção de *commodities*, como visto, torna a atividade produtiva fundante do "centauro da América" obsoleta diante de um modelo de produção que não necessita de suas habilidades. Desse modo, a destruição da pampa é a destruição de seu corpo inorgânico; destruída essa parte de si mesmo, desfaz-se na raiz tudo aquilo que o funda. Fica evidente, portanto, que a sobrevivência de um está condicionada à do outro na mesma medida que a extinção de um resulta na extinção do outro. A manutenção da unidade entre o ser social gaúcho e seu corpo inorgânico, o Pampa, constitui, assim, a única condição para a existência de ambos.

6. REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. O gaúcho. São Paulo: Martin Claret, 2013.

AZEVEDO, L.F.; Fialho, M.A.V. 2015. "Florestamento" no Pampa Brasileiro: a visão dos pecuaristas familiares do Território do Alto Camaquã/RS. Desenvolvimento e Meio ambiente, v. 33, p. 209-224.

BACHETTA, V. L.; MELAZZI, G.; YOHAI, W. La Entrega: El Proyecto Uruguay-UPM. Montevideo: Movimiento por un Uruguay Sustentable (movus), 2019.

BENCKE, Glayson Ariel. Biodiversidade. In: CHOMENKO, Luiza; BENCKE, Glayson Ariel (Orgs.). Nosso Pampa desconhecido. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016. p. 60-75

BENDER, Pablo Martin. O complexo de soja argentino, análise da sua configuração espacial e rendas diferenciais: algumas comparações com o Brasil. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 18, n. 62, p. 217-233, jun. 2017.

BOLDRINI, I. L. A flora dos campos do Rio Grande do Sul. In: Pillar, V. de P.; Müller, S. C.; Castilhos, Z. M. de S.; Jacques, A. V. A. (Eds.). Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Comex Stat: Estatísticas de Comércio Exterior. Brasília, 2024. Disponível em: https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/147841 .

BRAUN, Jayme Caetano. De Fogão em Fogão. Porto Alegre: Ed. Três Chirus, 1958.

CELULOSA ARAUCO Y CONSTITUCIÓN S.A. Relatório Integrado 2023. Santiago: Celulosa Arauco y Constitución S.A., 2023.

CHESNAIS, François. A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

CMPC. Áreas de alto valor de conservação da CMPC Celulose Riograndense: resumo público atualizado. Santiago: Empresas CMPC S.A., 2018.

CMPC. Relatório Integrado 2024. Santiago: Empresas CMPC S.A., 2025.

CONAB. Acompanhamento da safra brasileira. Companhia Nacional de Abastecimento, 2024. Disponível em: https://www.conab.gov.br/component/k2/item/download/53604_0cb6af0dc668f2eb072a7d7c669dd58d .

ENGELS, Friedrich. O papel do trabalho na hominização do macaco *IN:* ENGELS, Friedrich. Dialética da natureza. São Paulo: Boitempo, 2020.

GALEANO, Eduardo. Use e jogue fora. Porto Alegre: L&PM, 2024.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul. In: Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade, Philippe Léna e Elimar Pinheiro do Nascimento (orgs.). Rio de Janeiro: Garamond e IRD, 2012.

HILFERDING, Rudolf. O capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSBAWN, Eric. Bandidos. Barcelona: EDITORIAL CRÍTICA, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biomas e sistema costeiro-marinho do Brasil: compatível com a escala 1:250000. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal (PAM). Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS). Rio de Janeiro, 2024.

JEZIORNY, D.; DILLENBURG, F.; KUHN, D.; & MAIA, W. Mercantilização da vida e land grabbing: uma aproximação a partir do valor em Marx. Nexos Econômicos, 16(2), 64–93. 2023.

JEZIORNY, D.; RECH, L. T.; KUHN, D. D.; SANTOS, H. H. K. Caminhos do capital financeiro no espaço agrário brasileiro: elementos para o debate dos conflitos hídricos no Mato Grosso, Brasil. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, v. 26, p. 1-29, 2024.

LEAL, Ondina Fachel. Os gaúchos: cultura e identidade masculinas no pampa. Porto Alegre: Tomo editorial, 2021.

LENIN, Vladimir. Obras escolhidas: volume I. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MAESTRI FILHO, Mário José. O escravo gaúcho: resistência e trabalho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, livro I. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, livro III. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MGAP – Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Dirección General Forestal. Uruguay, 2024.

MGAP – Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Dirección de Estadísticas Agropecuarias (DIEA). Uruguay, 2024.

MOLAS, Ricardo Rodríguez. Historia social del gaucho. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1982.

MOORE, J. W. El capitalismo en la trama de la vida: ecología y acumulación de capital. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

MULLER, Carlos Alves. A história econômica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Grande Sul, 1998.

OSÓRIO, Helen. Pastores e lavradores do Rio Grande, séculos XVIII e XIX. In.: WAQUIL, Paulo Dabdab; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio Zamboni; BORBA, Marcos Flávio Silva (org.). Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In.: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

PILLAR, V.P.; MÜLLER, S.C.; CASTILHOS, Z.M.S.; JACQUES, A.V.A. (eds.). Campos Sulinos, conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009. 403 p.

POSTONE, Moishe. Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpração da teoría crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

PROYECTO MAPBIOMAS – Coberturas y Transiciones, Argentina (colección 1). 2024a.

PROYECTO MAPBIOMAS – Coberturas y Transiciones, Uruguay (colección 1). 2024b.

PROYECTO MAPBIOMAS – Colección 4 de los Mapas Anuales de Cobertura y Uso del Suelo en Pampa Trinacional. 2024c. Disponível em: https://pampa.mapbiomas.org/wpcontent/uploads/sites/9/2024/12/Factsheet_Pampa_C4_13.12_v3.pdf

RECH, L. T.; JEZIORNY, D. L. The State, Political Power, and the Financialization of Agrarian Space in Brazil. Latin American Perspectives, 51(1), 270-291, 2024.

RECH, L. T.; RODRIGUES, P. G.; JEZIORNY, D.; SANTOS, H. H. K. dos. As veias abertas do Pampa e a extinção do gaúcho: a sojificação do Pampa e suas consequências para o modo de vida no bioma. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 73, p. 11-44, set./dez. 2025. DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1223. Disponível em: https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/1223. Acesso em: 17 jan. 2026.

REVERBEL, Carlos. Os gaúchos: aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM, 1986.

SAGyP – Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca. Dirección Nacional de Agricultura - Dirección de Estimaciones Agrícolas. Argentina, 2024.

SEOANE, J. Movimientos sociales y recursos naturales en América Latina: resistencia al neoliberalismo, configuración de alternativas. Revista Sociedade e Estado, Brasilia. v. 21., nº 1, p 85-107, 2006.

SCHWANZ, A. K. Florestamento – Desenraizamento: a transformação da paisagem nos pampas e a identidade do gaúcho. 217f. Maringá, Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá. 2010.

SVAMPA, Maristella. Las fronteras del neoextrativismo em America Latina. Cidade do México: CALAS, 2019.